

# Governo João Goulart, Reforma Agrária e os interesses oligárquicos no Jornal O Estado de Mato Grosso

*João Goulart government, Agrarian Reform and oligarchical interests in Newspaper O Estado de Mato Grosso*

Rafael Adao

Doutorando em História pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

fael.adao@hotmail.com

**RESUMO:** Dentro dos trabalhos que tratam da ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964-1985, as pesquisas acadêmicas que abordam acerca do papel da imprensa diante desse contexto histórico, evidenciam, sobretudo, a caracterizada “grande imprensa” (periódicos de ressonância nacional e de grande circulação, compostos por um aparato técnico e financeiro significativo). Nesse sentido, compreende-se a necessidade em abranger as posições políticas e atuação da imprensa nacional transportando o olhar da historiografia para outras regiões do país, neste caso, para a imprensa do Estado de Mato Grosso. E, para esta tratativa, almeja-se compreender as posições políticas empreendidas pelo jornal *O Estado de Mato Grosso - OEMT*, sobretudo, em relação ao governo João Goulart e às propostas de Reforma Agrária, já que esse periódico apresentou, nos meses que antecederam ao golpe de março/abril de 1964, um considerável debate sobre esse tema. Debate esse que demonstrou as posições conservadoras de *OEMT* e em prol dos interesses oligárquicos das elites mato-grossenses.

**Palavras-chave:** Jornal *O Estado de Mato Grosso - OEMT*. Golpe civil-militar. Reforma Agrária.

**ABSTRACT:** Within the works that deal with the military dictatorship in Brazil, between the years 1964-1985, academic research that deals with the role of the press in this historical context, evidence, above all, the characterized “big press” (periodicals with national resonance and of wide circulation, composed of a significant technical and financial apparatus). In this sense, we understand the need to cover the political positions and actions of the national press, transporting the perspective of historiography to other regions of the country, in this case, to the press of the State of Mato Grosso. And, for this treatment, we intend to understand the political positions taken by the newspaper *O Estado de Mato Grosso - OEMT*, especially in relation to the João Goulart government and the Agrarian Reform proposals, since this periodical presented, in the months leading up to the March/April 1964 coup, a considerable debate on this topic. This debate demonstrated conservative positions and in favor of the oligarchic interests of Mato Grosso elites.

**Keywords:** Jornal *O Estado de Mato Grosso - OEMT*. Civil-military coup. Agrarian Reform.

## INTRODUÇÃO

A imprensa difunde seus discursos através de textos, imagens, construções de representações, mitos e símbolos e, desse modo, contribui, de forma reiterada, variada e contraditória, na produção e reprodução de modelos, normas, práticas e modos de pensar. Portanto, como aponta Serge Bernstein, a imprensa é um dos *vetores de socialização* capazes de influenciar na formação constitutiva de indivíduos e da sociedade (Bernstein, 1988, p. 357). Os jornais e seus múltiplos usos sociais, que abarcam diversas finalidades, como empresariais, instrumentos de comunicação e de propaganda político-partidário, plataforma religiosa e ferramenta de luta sociais, impactaram e influenciam de forma significativa a história e os rumos políticos e sociais do Brasil.

Também o calor dos acontecimentos, o contexto político, a censura, o cenário cultural, os processos de modernização e a interação com outros meios de comunicação são fatores capazes de transformar a linha editorial, formato e opiniões dos jornais, exigindo uma “repaginação” de suas perspectivas. Esses alinhamentos e realinhamentos dos periódicos se estruturaram ao longo do governo de João Goulart, até o fatídico golpe de 1964. O que não foi diferente durante a ditadura militar no Brasil, pós 1964, pois a imprensa brasileira alinhou e se realinhou dentro desse contexto de repressão, (re)configurando apoios, críticas pontuais, franca oposição, silenciamentos, indiferença e conciliações em relação ao regime autoritário.

As publicações da imprensa foram fundamentais para a concretização e legitimação do golpe civil-militar em abril de 1964<sup>1</sup>. Nos meses que antecederam a derrubada de um presidente legitimamente constituído, um arsenal de palavras contra Goulart estiveram presentes em diversos periódicos pelo Brasil, contribuindo para o considerável desgaste de sua imagem pessoal e de seu governo. Jornais como *O Estado de São Paulo* e *Tribuna da Imprensa* (vinculada a Carlos Lacerda) constituíram uma franca oposição ao governo Jango no decorrer de todo seu mandato (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 244).

Contudo, segundo Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, é necessário compreender que as posições da imprensa, de forma geral, oscilaram, perfilando um panorama muito mais complexo. Caso, por exemplo, de *O Globo* que de acordo com os autores chegaram até a apresentar um apoio condicionado ao governo Goulart, após uma

<sup>1</sup> Existe um debate vigoroso sobre a data em que o golpe civil-militar se efetivou. Há inclusive uma disputa de memória, pois os militares e seus apoiadores conservadores costumam demarcar o dia 31 de março de 1964, como o dia da derrubada de Goulart e consagração do que eles declararam ser uma “revolução”, demarcando o dia da saída das tropas do general Mourão Filho de Juiz de Fora (MG). Os apoiadores da ditadura, assim, objetivavam “escapar” da demarcação do dia 1º de abril, reconhecido tradicionalmente e em diversos países como o “Dia da Mentira”. Já setores das esquerdas e parte dos historiadores citam o dia 1º de abril como a data correta para a demarcação do golpe de 1964, dia em que João Goulart foi obrigado a sair da capital federal, em direção a Porto Alegre (RS). Para saber mais sobre as disputas e conflito de memórias sobre a data do golpe civil-militar de 1964, ler em: STARLING, Heloisa Maria Murgel. **O senhores da Gerais:** os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis, Vozes, 1986.

postura de oposição nos primeiros momentos deste como presidente, em decorrência da renúncia de Jânio Quadros. Mas, à medida que a crise econômica e política do país progrediu, o conglomerado jornalístico de Roberto Marinho retornou para uma postura de oposição. Já o *Jornal do Brasil* apoiou o governo até a derrocada do *Plano Trienal*, no fechamento do primeiro semestre de 1963, e aos poucos expôs uma postura mais crítica e dura, ostentando um discurso que culpabilizava Goulart pelas sucessivas greves e pela radicalização política do país (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 244).

Ainda de acordo com Gomes e Ferreira, a *Folha de São Paulo*, através de seus editoriais, condenava tanto o radicalismo da esquerda como da direita. O *Diário da Noite* do grupo de comunicação de Assis Chateaubriand, apesar de se aproximar e destacar as figuras de Carlos Lacerda (governador do Estado da Guanabara<sup>2</sup>) e de Ademar de Barros (governador do Estado de São Paulo), além de criticar os movimentos sindicais e a crise inflacionária em difusão, não apresentou em suas páginas, flagrantes campanhas contra Goulart durante quase todo seu governo, “muito menos notícias alarmantes sobre ameaças comunistas, com decorrente defesa da necessidade de um golpe de Estado que o tirasse do poder.” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 244).

Há uma série de trabalhos que tratam da atuação da imprensa durante o golpe de 1964, bem como que tratam dos aspectos que envolvem a censura e repressão promovidos pela ditadura, como os de: Paolo Marconi (1980), Maria Aparecida de Aquino (1999), Beatriz Kushnir (2001), Marialva Barbosa (2007), Aloysio Castelo Carvalho (2010), Motta (2013) e Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014). Porém, tais obras concentram-se na imprensa de circulação nacional ou nos periódicos situados nos grandes centros urbanos do país, sobretudo o eixo Rio-São Paulo. Periódicos de grande circulação como *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Tribuna da Imprensa*, *Folha de São Paulo*, *Última Hora* e revista *Veja* e os jornais da imprensa alternativa como *O Pasquim* e *Opinião* são frequentemente citados nos estudos que envolvem censura e colaboração da imprensa ao regime. Portanto, se faz necessário descentralizar o panorama da historiografia brasileira e diversificar seus estudos, assim como, compor um diálogo entre a imprensa mato-grossense e a caracterizada “grande imprensa” de ressonância nacional.

Dentro dessa perspectiva, a proposta deste artigo é discutir os posicionamentos políticos de um jornal/diário mato-grossense, denominado *O Estado de Mato Grosso – OEMT*. Esta publicação começou a sua circulação em 27 de agosto de 1939, sendo fundada por Archimedes Pereira Lima (1910-1993). Um influente empresário e jornalista mato-grossense e que, junto a Julio Müller<sup>3</sup>, foi um dos fundadores do Partido Trabalhista

<sup>2</sup> Guanabara foi um Estado brasileiro que existiu entre os anos de 1960 e 1975, sendo um desmembramento da cidade do Rio de Janeiro do Estado do RJ, após a mudança da capital do país para Brasília, tornando-se uma espécie de “cidade-estado”.

<sup>3</sup> Reconhecido e influente político mato-grossense, interventor do Estado de Mato Grosso, durante o *Estado Novo* de Getúlio Vargas.

Brasileiro – PTB, em Mato Grosso. Pereira Lima dirigiu a Imprensa Oficial do Estado - IOMAT, a partir de 1937, e foi chefe do órgão de censura e propaganda do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), no governo do interventor estadual J. Müller, durante o Estado Novo (Juca, 1995). No período estadonovista seu jornal, *O Estado de Mato Grosso*, fez intensa propaganda política em prol de Getúlio Vargas e seu governo<sup>4</sup>.

*O Estado de Mato Grosso* surgiu aliado às ideias de modernização do país propagadas pelo Estado Novo, em prol de um projeto de ocupação e integração da região Centro Oeste com as regiões mais industrializadas e urbanizadas do Brasil, a chamada “Marcha para Oeste”. Diferente de diversos dos periódicos mato-grossenses, que ao longo do século XX, tiveram tempo de breves períodos de circulação, o diário *O Estado de MT* teve uma circulação longevidade, entre 1939 até os anos 2000<sup>5</sup>. Logo em sua fundação, contou com a participação de intelectuais reconhecidos do Estado, como Estevão de Mendonça, José Mesquita, Cesário Neto, Rubens de Mendonça, Firmino Rodrigues e Fenellon Müller.

A proximidade do jornal *OEMT* com o governo estadual e com suas lideranças foi explicitada já nos primeiros anos, questão colocada em tom de prestígio em edição comemorativa dos 28 anos do periódico, que trouxe um relato do historiador, Rubens de Mendonça, sobre a trajetória e os primeiros passos do jornal: “Teve vida intensa ‘O Estado’, sobretudo no período da Intervenção Julio Müller, pois o interventor dava todo apoio.”<sup>6</sup>

O periódico teve como diretores Archimedes Pereira Lima, depois Otávio José da Costa, Alci Pereira Lima (irmão de Archimedes P. Lima), Ranulfo Paes de Barros, Arídio Orestes Marinho, Afonso Pinto Duarte, Milton Teixeira de Figueiredo. Pedro Rocha Jucá assumiu a função de redator-chefe do jornal com apenas 20 anos de idade, em 1961, e esteve à frente da editoração d' *O Estado de Mato Grosso* por 25 anos<sup>7</sup>. Jucá é um jornalista reconhecido por sua atuação em diversos periódicos e pela busca da profissionalização do jornalismo no Estado, a partir do final da década de 1960, sendo o primeiro presidente da Associação de Jornalistas de Mato Grosso, a JORNAMAT<sup>8</sup>. Entre

<sup>4</sup> Ver mais em: OLIVEIRA. Léia de Souza. **Tempo de esperança:** a imagem do Estado Novo na imprensa mato-grossense. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, PUC, São Paulo, 1995. Neste trabalho, Léia de Souza Oliveira estudou a difusão da imagem do Estado Novo por meio do jornal *O Estado de Mato Grosso*.

<sup>5</sup> O jornal voltou a circular de forma digital em 2019, contudo seu nome foi alterado para *Estadão Mato Grosso*.

<sup>6</sup> MENDONÇA. Rubens. O Estado de Mato Grosso nos seus 28 anos de vida. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, 27 ago. 1967. número 5107, p. 6.

<sup>7</sup> Cf. JUCÁ, Pedro Rocha. **Exemplo e palavras de jornalismo.** Biografia e perfil profissional, cultural, político e empresarial do jornalista Archimedes Pereira Lima. Cuiabá: Editora Memórias Cuiabanais, 1995, p. 105-110; e Biografia de Pedro Rocha Jucá: Disponível em: Academia Mato-Grossense de Letras <<https://academiamtdeletras.com.br/pedro-juca/item/140-pedro-rocha-juca>>, acessado em: 26 jun. 2023.

<sup>8</sup> Cf. COSTA, Laís Dias da. **Da tertúlia ao portal:** experiências jornalísticas de Cuiabá (1968-1997). 267 f. Tese (Doutorado em história), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019, disponível em: <<https://ri.ufmt.br/handle/1/1939>>.

os proprietários temos, primeiramente, Archimedes Pereira Lima, que então vendeu a publicação para Julio Müller, em 1951, presidente estadual do PTB naquele ano (COSTA, 2019, p. 47).

Seguiram outros proprietários, Hilton Martiniano de Araújo, Arídio Orestes Marinho, dentre outros<sup>9</sup>. Durante o golpe civil-militar, o periódico se constituiu enquanto uma sociedade, ligada à Editora Cuiabá Ltda., destacando-se os seguintes proprietários: Rachid Saldanha Derzi jornalista, médico e político influente do Estado, assumindo diversos postos como prefeito, deputado estadual e federal e senador pelo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, inclusive sendo indicado como senador “biônico” pelo Mato Grosso do Sul e foi filiado à diversos partidos, UDN, ARENA, PD, PP e PMDB<sup>10</sup>.

Lúdio Martins Coelho influente pecuarista da região sul do Estado, senador da república pelo Mato Grosso do Sul, entre 1995 e 2003, e Prefeito de Campo Grande/MS, por dois mandatos, entre as décadas de 1980 e 1990, foi outro nome destacado como sócio proprietário de *OEMT*. A colunista e esposa de Pedro Rocha Jucá, Carminda Póvoas Jucá, também figurava na sociedade da Editora do jornal, bem como vários integrantes da família Coelho foram registrados como sócios, dentro dos instrumentos contratuais da empresa.<sup>11</sup>

O jornal *O Estado de Mato Grosso*, durante o período do governo Jango, ao refletir o cenário político nacional, manifestou uma clara aproximação com o franco adversário udenista de Jango, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Em relação ao governo de João Goulart o periódico demonstrou em diversas matérias, notícias, artigos e reportagens uma postura de oposição e, assim como uma parte relevante da imprensa de circulação nacional apoiou a derrubada de Jango.

De acordo com as observações de Leonice Meira, o jornal *O Estado de Mato Grosso* aderiu ao discurso dos militares e tratou o golpe de 1964 como “Revolução”. Ao longo do período da ditadura militar, o periódico dava um destaque relevante às ações do

<sup>9</sup> MENDONÇA. Rubens. *Op. cit.*, 1967, p. 6.

<sup>10</sup> Cf. Biografia de Rachid Saldanha Derzi. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2203>>, acessado em: 26 jun. 2023; e *Rachid Derzi, o senador de ferro. Perfil News.* Disponível em: <<https://www.perfilnews.com.br/rachid-derzi-o-senador-de-ferro/>>, acessado em: 26 jun. 2023.

<sup>11</sup> A lista de nomes que constituiu a sociedade em torno da Editora Cuiabá Ltda, que produzia o jornal *O Estado de Mato Grosso* era extensa. Essa relação foi localizada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso – JUCEMAT, através da solicitação de uma certidão de inteiro teor da referida empresa. Os registros contratuais armazenados na junta iniciam-se em 1957, destacando que os nomes Rachid S. Derzi e Lúdio M. Côelho já aparecem como sócios da Editora Cuiabá, desde dezembro de 1962. Elenco aqui alguns dos demais nomes da sociedade, onde se pode observar que a família Coelho apresentava vários sócios: Italivio Coêlho, Wilson Coêlho, Hélio M. Coêlho, Edmar Pinto da Costa, José de Cândido Paula, Antonio Barbosa de Souza, Eudeter Marins Coêlho, Adelaide Martins Coêlho, Maria Leonor Coêlho Miranda, Paulo B. Bulcão, Arídio Orestes Marinho, Magno Martins Coêlho. Informação obtida junto à Junta Comercial do Estado de Mato Grosso – JUCEMAT. Informe n.º C231000699605, de 08 ago. 2023. Editora Cuiabá Ltda., CNPJ: 03.469.780/0001-01.

regime, como o Plano de Integração Nacional – PIN, projeto de desenvolvimento voltado para a região Amazônica e que abrangia de forma significativa o território mato-grossense. Ainda *OEMT* demonstrou proximidade e apoio às administrações estaduais, com exceção do governo de Pedro Pedrossian, onde a publicação demarcou uma postura de oposição em relação ao seu mandato. Nesse sentido, para Meira, *O Estado de MT* representou os “interesses das elites locais e do próprio governo militar, uma vez que, este meio de comunicação apoiava e enfatizava as ações da ditadura militar no Brasil e especialmente em Mato Grosso” (MEIRA, 2011, 111-130).

Antes da deposição de Jango houve ampla mobilização de movimentos sociais e de propostas sendo debatidas no Congresso Nacional acerca da Reforma Agrária, um dos temas mais controversos dentro das proposituras das chamadas Reformas de Base. O diário *O Estado de Mato Grosso* utilizou-se do tema da Reforma Agrária como instrumento para criticar João Goulart, reverberando uma perspectiva conservadora em nome de certos interesses oligárquicos. Nesse sentido, o intento desta investigação é compreender como foi expresso nas páginas de *OEMT* o governo João Goulart e as propostas de Reforma Agrária, já que o periódico manifestou, nos meses que antecederam ao golpe de março/abril de 1964, um considerável debate sobre esse tema.

O jornalismo é um campo de conhecimento com saberes e regimes de verdades particulares, repleto de discursos com formatação e regras próprias e atuante nos mais distintos meios midiáticos: revistas, jornais, almanaques, páginas de notícias, redes sociais, televisão, dentre outros. Especificamente em relação aos jornais, este aporte midiático é constituído por certas práticas discursivas empregadas e editadas em diferentes seções, como manchetes, notícias, artigos, propagandas, charges, contos, colunas de opinião, editoriais, classificados e reportagens. Cada um desses pequenos ou grandes espaços do periódico possui características particulares, historicamente moldadas com o emprego de saberes e alguns enunciados que organizam o discurso do campo jornalístico (FOUCAULT, 2008).

Estudar os discursos disseminados em um jornal, é, portanto, um exercício de compreensão das características de um saber histórico e socialmente fabricado em redações, oficinas, editoras, associações e academias. Ou seja, é um saber institucional que pretende ter relevância e influência na sociedade, empregando certas “verdades” que repetidamente são validadas e legitimadas socialmente, com frases do tipo: “- Deu no jornal”; “- Eu vi na manchete de hoje”; “- Foi a reportagem quem disse”; “- Li no portal de notícias”. Ter influência, dizer o que é ou não verdade é uma forma e expressão de poder, que produz uma aliança entre saber e convencimento, expressando e auxiliando na materialização de determinadas formas de autoridade e de domínio sociocultural, político e econômico. Assim, os discursos jornalísticos empregados nas páginas do periódico *O Estado de Mato Grosso* foram estruturados para difundir as posições políticas de seus

articulistas e, mais do que informar, objetivavam transmitir uma série de padrões, crenças, opiniões e ideias junto à sociedade mato-grossense.

Os jornais “buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses – não necessariamente um único setor de interesses, mas sim um campo de interesses no interior do qual diversos fatores interagem”. Por esse prisma, a produção jornalística e seu conteúdo informativo mesclam-se: “[...] com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos.” (BARROS, 2022, p. 590).

Contudo, os discursos produzidos pelos jornais não são homogêneos, pois como descreve José D’Assunção Barros, esses são instrumentos compostos por uma abrangência de assuntos e uma “polifonia de textos”, como artigos, publicidade, notícias, cartas, contos. Essa vasta e distinta produção é também “multi-autoral”, composta por diferentes “agentes discursivos”, que apesar de atenderem a um único título, podendo constituir certos parâmetros de estilo, identidade e até mesmo de posições políticas, se exprimem, fundamentalmente, como um projeto coletivo. E essa configuração multi-autoral impacta metodologicamente na pesquisa histórica (BARROS, 2022, p. 590-591).

Como fonte histórica e/ou objetos de pesquisas, os historiadores ainda devem se atentar que os jornais além de serem projetos coletivos também apresentam uma diversidade de leitores, principalmente os diários de largo alcance. O que foi possibilitado pela utilização de materiais (papel imprensa) e técnicas de produção mais econômicas, sobretudo durante a revolução industrial, formatando um produto mais acessível para um maior número de leitores possíveis (BARROS, 2022, p. 592). Diante dessas considerações, comprehende-se que o periódico deve ser identificado enquanto parte de uma indústria jornalística, portanto, “objeto cultural, material, gráfico, informacional e mercadológico”, bem como “objeto discursivo, político e ideológico.” (BARROS, 2022, p. 590-591).

Nesse sentido, os agentes produtores dos jornais não retratam, a realidade social apenas como um ato de identificação profissional que visa elucidar a verdade dos fatos, uma visão romântica alimentada por muitos jornalistas e mesmo por certas obras literárias, séries e filmes. Entende-se, dessa forma, que o retratado da realidade rotineira por toda a cadeia de produtores dos jornais (diretores, editores, revisores, jornalistas, fotógrafos) é constituído por interesses políticos, sociais e econômicos que nem sempre estão em conciliação dentro da manufatura jornalística. Essas intencionalidades são traduzidas por uma série de escolhas, recortes e recursos, o que transpõe essa plataforma midiática para muito mais do que um simples mural de notícias (BARROS, 2022, p. 592-593).

A apreensão desses interesses e da constituição da manufatura jornalística se dá inicialmente pela compreensão, segundo Barros, de uma “dialética trinitária” que tem como referência o I) “polo editor”; II) “o conjunto de discursos, conteúdos e mensagens encaminhadas”; e III) o “polo receptor”: leitores habituais e ocasionais, compradores dos jornais ou, ainda, aqueles que têm acesso às matérias e notícias de forma indireta. Dessa maneira, os jornais são constituídos pela interatividade de um “círculo de produção”, pela “mensagem” ou conteúdo e pela recepção (BARROS, 2022, p. 593). Existe, dessa forma, uma correlação de forças operando junto aos periódicos, tanto internamente, por meio de seus produtores (dirigentes, redatores e jornalistas) e de seu aparato técnico, como externamente mediante a ação do Estado, recepção e perspectiva do público leitor, assim como, pela conexão com outras publicações e meios de comunicação.

Portanto, o historiador que possui os jornais como fonte e/ou objeto de pesquisa, não pode se limitar a fazer caracterizações fixas e generalistas, é preciso considerar a imprensa como um agente em movimento, atuante na realidade, mas igualmente influenciada por essa. Assim, o propósito aqui delimitado neste artigo, é constituir um procedimento metodológico crítico e que permita um olhar analítico para além da avaliação semântica dos textos. E, dessa maneira, estar atento para outras questões inseridas nos periódicos, como por exemplo: sua intencionalidade, seus posicionamentos políticos, a conjuntura econômica na qual estava inserido, sua articulação com movimentos culturais e sua repercussão social. É um exercício de historicizar a fonte, identificando suas escolhas e funções sociais (DE LUCA, 2008, p. 130).

Essa atitude de problematização da imprensa perante o processo de pesquisa histórica, permite superar a construção ideológica e celebrada de uma imprensa que se reconhece neutra e objetiva. Como Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto destacam, a imprensa trata-se de um setor constituinte da realidade social, que contempla formas de pensar e agir, capazes de produzir generalizações sobre diferentes posições e interpretações. Pois, em sua ação “delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”. Nessa direção, jornais e revistas atuam para promover a divulgação e disseminação de valores, comportamentos e ideias, instituir memórias, formar uma visão de mundo e serem “vitrines” para o mercado consumidor (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

Dessa maneira e dentro dessas considerações, nos próximos tópicos, abordaremos o conteúdo e os discursos jornalísticos selecionados de *OEMT* em contato e evidenciando, principalmente, seu polo editor. Além disso, trataremos de suas vinculações políticas e dos interesses evidenciados com relação à questão da Reforma Agrária e ao governo de João Goulart.

## O Jornal O Estado De Mato Grosso e suas posições acerca do governo João Goulart

O golpe de 1964 foi uma articulação entre civis e militares, uma associação conservadora que esteve presente desde o início do governo de João Goulart, pertencente aos quadros do PTB e herdeiro político de Getúlio Vargas. Essa associação oposicionista criou, em grande parte do período que Goulart governou, diversos obstáculos à governabilidade e ao apaziguamento das crises políticas e econômicas, quadro agravado pelo processo de acentuação da polarização política, entre direita e esquerda, o que dificultou a formação de alianças para a efetivação das reformas estruturais defendidas pelo governo e por demandas sociais.

A terminologia golpe “civil-militar” se faz necessária para demarcar a participação ativa de diferentes setores conservadores da sociedade civil na conflagração do golpe, não apenas dos militares. O apoio e a atuação política em prol do golpe foram constituídos de empresários e membros das classes dominantes do país, reunidos em associações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, setores da igreja católica e das igrejas evangélicas, mulheres de classe média e da elite, estudantes, grupos anticomunistas, políticos da União Democrática Nacional - UDN, do Partido Social Democrático - PSD e até mesmo do PTB, além de parte significativa da imprensa.

Desde a renúncia de Jânio Quadros, no dia 25 de agosto de 1961, enquanto João Goulart, até então vice-presidente, encontrava-se na República Popular da China em uma missão comercial e diplomática, Goulart enfrentou intensa oposição. O comando militar, instituído ainda por Quadros, rejeitou a posse de Jango em decorrência de sua aproximação com as forças de esquerda. Na década de 1960, sob o impacto da morte de Getúlio Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB deu uma guinada à esquerda e em prol da defesa das causas trabalhistas. Também nesse período, conforme pontuado por Gomes e Ferreira, o PTB foi influenciado por intensos debates que perpassavam toda a América Latina, onde se promoviam propostas nacionalistas com o objetivo de se contrapor às pressões econômicas imperialistas, em especial dos Estados Unidos (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 76).

Os ministros militares de Jânio, temendo o retorno do *getulismo* e o fortalecimento das forças de esquerda, em especial do comunismo, tentaram impedir a posse de Jango como presidente (MOTTA, 2000, p. 289), que só conseguiu assumir o cargo presidencial, após pressão popular na Campanha da Legalidade<sup>12</sup>, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

---

<sup>12</sup> Sobre a Campanha da Legalidade, ler em: TAVARES, Flávio. **1961: o golpe derrotado – luzes e sombras do Movimento da Legalidade**. Porto Alegre, L&PM, 2011.

Mas, a posse de Jango, no dia 07 de setembro de 1961, se deu por meio de uma condicionante e em virtude de uma articulação política que instaurou o regime parlamentarista no Brasil. Para esse fim, foi instituída uma emenda à Constituição, prevendo a realização de um plebiscito, em 1965, a fim de se definir pela continuidade ou não desse sistema. Assim, João Goulart, assumiu a presidência tutelado pelo Congresso Nacional, passando por três primeiros-ministros definidos pelos parlamentares: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Entretanto, Jango conseguiu antecipar o plebiscito e com a chancela da população (mais de 80% dos votos a seu favor) o sistema presidencialista foi restaurado, em janeiro de 1963.

Com a retomada dos poderes presidenciais, Goulart e seus aliados tentaram efetivar suas propostas, objetivando implementar reformas e enfrentar a crise econômica que o país vivia. A conjuntura não era nada favorável, pois o país apresentava baixas taxas de crescimento e deterioração das contas públicas, em decorrência do alto déficit público, cenário agravado pelo grande endividamento externo e pelos altos índices de inflação. Uma das propostas, apresentada ainda em dezembro de 1962 por Celso Furtado, da área de planejamento do governo, tratou-se do *Plano Trienal*, um pacote econômico ousado, idealizado em parceria com San Tiago Dantas, que visava incentivar o mercado interno e impulsionar a produtividade industrial, dentro do prazo de três anos. Em suma, tratava-se de um plano com a finalidade de agir sobre várias áreas, como saúde, educação, infraestrutura e modificar as bases econômicas brasileiras, em articulação com propostas de reformas estruturantes.

Contudo, o *Plano Trienal* previa, inicialmente, combater os déficits das contas públicas e estabilizar a inflação por meio de ações saneadoras, reduzindo as perspectivas de aumento salarial de servidores públicos e demais trabalhadores, bem como limitando o crédito público aos empresários, o que exigia a colaboração desses setores. Ainda, o governo dependia da colaboração dos Estados Unidos, no sentido de possibilitar a renegociação das dívidas com bancos internacionais e o Fundo Monetário Internacional – FMI, entidades direta ou indiretamente influenciadas pelo governo estadunidense (LOUREIRO, 2012).

No entanto, diante de um quadro inflacionário galopante, o governo foi pressionado por todos os lados, os trabalhadores empenharam-se em sucessivas greves, em busca de aumentos salariais que efetivamente compensassem e se sobrepuxessem à alta dos preços dos aluguéis, alimentação e do custo de vida em geral. Uma parcela do empresariado e importantes entidades como a Confederação Nacional da Indústria – CNI e a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e do Rio Grande do Sul (FIERGS) apoiaram o *Plano Trienal*, mas uma ala intransigente do empresariado, organizada em torno do IPES, por exemplo, se mobilizou contra as propostas de Goulart e sua equipe. Em suma, ainda em maio de 1963, Jango abandonou o plano de Furtado e Dantas, concedendo um aumento salarial de 70% ao funcionalismo público, crédito para montadoras de automóveis e

reajuste do preço do aço em 20%, atendendo às pressões do empresariado e das grandes companhias. Diante desse cenário, os bancos internacionais se recusaram a negociar as dívidas brasileiras, tendo em consideração os apontamentos do FMI que indicavam que governo brasileiro seria incapaz de controlar suas contas e a inflação. Então, o *Plano Trienal* se desfez, antes mesmo de ter sido, de fato, implementado, agravando a crise econômica no país<sup>13</sup>.

Com a inviabilização da proposta de Furtado e Dantas, houve um agravamento do cenário econômico e, consequentemente, da polarização política, a partir do final do segundo semestre de 1963, tendo alguns eventos colaborado ainda mais para esse processo. Um desses acontecimentos esteve relacionado às mobilizações de militares de baixa patente, sargentos, suboficiais e tenentes que lutavam para que militares pudessem se candidatar aos cargos políticos representativos. Nas eleições de 1962, alguns militares identificados com certas demandas da esquerda e muitos declaradamente *brizolistas* ou *janguistas* articularam candidaturas, ocorrendo alguns êxitos, como a eleição do sargento do exército e petebista Antônio Garcia Filho, deputado federal pela Guanabara. A possibilidade da candidatura de militares não estava clara na Constituição de 1946 e a questão acabou sendo judicializada em diversas instâncias, até chegar ao Supremo Tribunal Federal – STF, onde se decidiu, em 11 de setembro de 1963, que os sargentos não poderiam concorrer aos cargos eletivos, nesse sentido, os militares eleitos em 1962 perderam seus mandatos.

Na madrugada do dia seguinte, 12 de setembro de 1963, eclodiu a “Revolta dos Sargentos”, onde sargentos tomaram à força a Base Aérea, o Grupamento de Fuzileiros Navais, o Departamento Federal de Segurança Pública, a Estação Central da Radiopatrulha, Rádio Nacional, Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos, deixando Brasília incomunicável. Ainda os revoltosos prenderam o presidente interino da Câmara de Deputados, Clóvis Mota, e o presidente do STF, Victor Nunes Leal, enquanto, o presidente João Goulart estava na Guanabara. O objetivo do levante era propagar a rebelião por todo o país, contudo, apenas 12 horas depois, a rebelião, sem uma organização efetiva, foi desmantelada pelo Exército, ocorrendo a morte de um fuzileiro naval e de um funcionário do DNER, além de 536 rebelados presos<sup>14</sup>.

Goulart respaldou a repressão ao movimento e a condenação dos envolvidos, por outro lado, diversos seguimentos das esquerdas, como a Frente Parlamentar Nacionalista

<sup>13</sup> Sobre o Plano Trienal conferir os trabalhos de: LOUREIRO, Felipe Pereira. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse:** a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. 644f., Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidades de São Paulo. Departamento de História. Área de Concentração: História Econômica, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-22082012-105827/pt-br.php>>; e LOUREIRO, Felipe Pereira. **O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963).** Revista de Economia Política, v. 33, n. 4, p. 671-691, 2013.

<sup>14</sup> Sobre a “Rebelião dos Sargentos”, ver em: ALMORÉ, Zoch Cavalheiro. **A legalidade, o golpe militar e a rebelião dos sargentos.** Porto Alegre, Editora AGE, 2011.

– FPN, liderada por Leonel Brizola, Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, União Nacional dos Estudantes - UNE, a Liga dos Camponeses de Francisco Julião e O Partido Comunista Brasileiro - PCB apoiaram o movimento e defendiam a anistia dos envolvidos. Já as lideranças militares ficaram receosas com o episódio, compreendido como uma gravíssima quebra de hierarquia estimulada por subalternos ligados à esquerda. Assim, militares e a direita que conspiravam em prol da queda de Jango ganharam mais força, intensificando os discursos contra o governo Goulart e seus apoiadores, acusando-os de serem os promotores da desordem civil e da insubmissão militar (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 179-187). Segundo Gomes e Ferreira, a imprensa do eixo Rio-São Paulo, que antes alternava posições, com exceção dos jornais *Tribuna Liberal* e *Estado de São Paulo*, com o episódio da “Rebelião dos Sargentos”, passa a adotar uma postura mais ostensiva contra o governo Goulart, contribuindo para propagação de discursos anticomunistas e denunciando um possível risco do “país se cubanizar” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 187).

Edvaldo Correa Sotana, em seu artigo “João Goulart nas páginas d’*O Estado de Mato Grosso* (1961-1964)”, aponta, em diálogo com Alzira Alvez de Abreu<sup>15</sup>, que com o episódio da “Revolta dos Sargentos” a imprensa de circulação nacional claramente se distancia de João Goulart, apoando inclusive seu afastamento através do *impeachment*. Porém, o levantamento detalhado realizado pelo autor sobre as matérias relacionadas à João Goulart no jornal *O Estado de Mato Grosso* demarcam uma distinção, pois a oposição desse periódico cuiabano em relação a Goulart começa a se evidenciar já no plebiscito de janeiro de 1963. Para OEMT a antecipação do plebiscito e o retorno do presidencialismo, ainda com Goulart à frente do comando da nação, significaria a possibilidade de implementação de uma República *sindicalista* e traria uma verdadeira “guerra civil”, o que abalaria ainda mais o cenário político e econômico do país (SOTANA, 2019, p. 416-417).

Já em relação aos acontecimentos em torno da “Revolta dos Sargentos” *O Estado de Mato Grosso* não polemizou o tema. Em setembro de 1963, apenas evidenciou a posição do Ministro de Guerra, o general Jair Dantas Ribeiro e ressaltou que, apesar do motim dos sargentos, o país encontrava-se pacífico, após a contenção da rebelião em Brasília. Inclusive, a matéria de capa destaca a fala do Ministro que defendia o direito de os sargentos serem elegíveis:

Brasília, 14 (Da nossa Sucursal) – Em uma reunião de várias autoridades militares, O Ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, reconheceu a legitimidade das reivindicações que deram causa à rebelião de Brasília, e que os Sargentos das Forças Armadas devem também ser legíveis. Frizou, entretanto, o Ministro da Guerra, que o Presidente João Goulart deve punir todos os militares que se

---

<sup>15</sup> Cf. ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

amotinaram em Brasília, após tomarem conhecimento da decisão do Supremo Tribunal Federal que considerava inelegível os Sargentos<sup>16</sup>.

Contudo, *OEMT* não entra em detalhes sobre a “Rebelião dos Sargentos”, já que a edição n. 4344-A, de 15 de setembro de 1963, é a primeira após o episódio do dia 12 de setembro e não se aprofundou sobre o ocorrido e da mesma forma nas demais edições. De modo geral, o foco da edição de 15 de setembro tratou dos temas políticos regionais e praticamente omitiu a gravidade e abrangência do ocorrido aos seus leitores.

Nesses primeiros momentos de agravamento da crise política na esfera do governo federal, nos últimos meses de 1963, o jornal *OEMT* teve, em certa medida, um tom mais cauteloso em relação ao Presidente João Goulart, relatando ações e visitas em Mato Grosso, que eram frequentes, pois Goulart possuía terras na região do pantanal. Abaixo, tem-se uma dessas matérias sobre as visitas de Jango ao Estado, neste caso para tratar da distribuição de títulos aos colonos de Dourados. A reportagem ainda destaca o discurso do senador mato-grossense, Humberto Neder, favorável à Reforma Agrária:

DOURADOS, 16 (Do nosso Correspondente) – Fazendo-se acompanhar da expressivas autoridades do PTB matogrossense, além de Diretores da SUPRA, o Presidente João Goulart distribuiu hoje nesta cidade cerca de dois mil títulos aos agricultores residentes na Colônia Federal de Dourados. O Ato teve lugar durante uma grande demonstração dos colonos que na oportunidade homenagearam o chefe da Nação. Segundo informações de elementos da SUPRA, mais 4 mil títulos de terras serão entregues aos Colonos douradenses, em futura oportunidade em que aqui estará novamente o Presidente João Goulart. Durante a entrega dos dois mil títulos de terras, o Senador Humberto Neder se expressou favorável a uma reforma agrária em Mato Grosso que atenta as necessidades do Estado e do seu povo<sup>17</sup>.

Essa postura mais flexível em relação à figura de Goulart não se verificava, por outro ângulo, em relação às frentes de esquerda e a posição anticomunista do periódico era evidente. *O Estado de Mato Grosso*, em 1963, materializava uma postura contrária às organizações da esquerda e suas lideranças mais polarizadoras, como Brizola e Prestes. Destacamos aqui, por exemplo, o artigo de Severino Benedito de Almeida<sup>18</sup> sobre o

<sup>16</sup> Jair Dantas quer punição dos militares amotinados e reconhece direito da ilegitimidade dos sargentos. *O Estado de Mato Grosso*. Editora Cuiabá Ltda. Cuiabá, 15 set. 1963, Edição n. 4.344-A, p. 1.

<sup>17</sup> Pres. Goulart ontem em Dourados distribui títulos aos colonos. *O Estado de Mato Grosso*. Editora Cuiabá Ltda. Cuiabá, 17 set. 1963, Edição n. 4.344-B, p. 1.

<sup>18</sup> Articulista em alguns periódicos cuiabanos, foi vereador por Cuiabá na década de 1950, sendo presidente da Câmara de Vereadores entre 1951 e 1953. Ainda na década de 1950, entre 1956 e 1958 foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso. Católico, foi membro fundador da Liga do Bom Jesus e Membro da Legião de Maria da Igreja São Gonçalo. Cf.: Bibliografia de Severino Benedito de Almeida produzida pela Academia Mato-grossense de Ciências Contábeis. Disponível em: <<https://amacic.org.br/severiano-benedito-de-almeida/>>. Acesso em: 23 out 2024.

Comando Geral dos Trabalhadores – CGT que trouxe, em setembro de 1963, as seguintes palavras:

[...] sob pressão de multa, avança-se na diária do trabalhador braçal; obriga o comércio, a indústria e as profissões liberais a contribuições onerosas para constituições de fundos como o celebérrimo C.G.T. (Comando Geral dos Trabalhadores), verdadeiro escárnio ao povo brasileiro. (...) Onde está a Justiça? Onde estão as autoridades responsáveis? Por que não poem eles um paradeiro a tanta desfaçatez? Se ilegal é o Comando Geral dos Trabalhadores e enormes terem sido os Prejuizos causados por ele através de greves igualmente ilegais, porque não extingui-lo?<sup>19</sup>

Essas perspectivas empregadas pelos articulistas do periódico estiveram alinhadas até mesmo com o IBAD. Em 1963, o IBAD foi investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, na Câmara dos Deputados, com o objetivo de apurar o financiamento irregular de campanhas políticas de candidatos da direita com dinheiro de empresas estrangeiras estadunidenses, nas eleições de 1962. O IBAD enfrentou ainda um processo de fechamento junto ao governo federal, tendo suas atividades suspensas, em agosto de 1963, e dissolvido de forma definitiva, no dia 20 de dezembro de 1963, por determinação judicial. *O Estado de Mato Grosso* divulgou, com relevante destaque, dois artigos em defesa do IBAD, antes de seu fechamento definitivo, escritos pelo fundador do instituto, Ivan Hasslocher:

Disse o Presidente da República que fechou o IBAD também para atender os reclamos da opinião pública. Contra o IBAD só se manifestaram alguns jornais comunistas ou infiltrado por comunistas e políticos das esquerdas, desde os “nacionalista” até os comunistas confessos. E essa outra opinião pública, essa que aplaude o IBAD e que se identifica com o IBAD? Essa não foi levada em consideração?<sup>20</sup>

O artigo de Hasslocher defendeu o IBAD acusando seus adversários de cercear sua liberdade de opinião: “A liberdade de que não mais dispõe o IBAD para exprimir suas opiniões é a liberdade de todos os brasileiros.”<sup>21</sup> Ainda há um claro ingrediente anticomunista e conspiratório, postura costumeira dessa organização:

Chegamos então a este ponto. Um grupo de homens suspeitos, inclusive aqueles que, como comunistas, confessam a sua condição de agentes estrangeiros arroga-se o direito de declarar: ‘Quem discorda de nós é antidemocrático e pago por estrangeiros’. E o Presidente da

<sup>19</sup> ALMEIDA, Severino Benedito. Reforma Agrária. *O Estado de Mato Grosso*. Editora Cuiabá Ltda. Cuiabá, 03 set. 1963, Edição n. 4.339, p. 4.

<sup>20</sup> HASSLOCHER, Ivan. O IBAD e a Liberdade. *O Estado de Mato Grosso*. Editora Cuiabá Ltda. Cuiabá, 15 set. 1963, Edição n. 4.344-A, p. 5.

<sup>21</sup> *Ibid.*

República, cedendo a esse ‘clamor público’, ordena que cesse a atividade de quem com êles efetivamente não concorda. Isso aconteceu na União Soviética, na Tchecoslováquia ou em Cuba. Isso não aconteceu no Brasil.<sup>22</sup>

Verifica-se no trecho acima e no decorrer do artigo de Hasslocher uma linha de reflexão que associou o fechamento do IBAD como uma ação de “censura comunista” e antidemocrática. O governo Goulart teria cedido às pressões de seus aliados de esquerda como o governador de Pernambuco, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes.<sup>23</sup>

Na próxima edição de *OEMT*, de 19 de setembro de 1963, Ivan Hasslocher acusou que as campanhas eleitorais de Leonel Brizola, para deputado e de Miguel Arraes, para o governo de Pernambuco, teriam sido beneficiadas com dinheiro público e ações do governo federal.<sup>24</sup> Todavia, apesar da contradição defesa do IBAD por Hasslocher, os trabalhos das investigações comprovaram que seu instituto recebeu financiamento de empresas estrangeiras, o que foi, inclusive, confirmado anos mais tarde, em 1977, pelo embaixador dos Estados Unidos. As pesquisas de René Armand Dreifuss (1981) também demonstraram a larga campanha de desestabilização e conspiração realizada por esse instituto contra o governo João Goulart, contribuindo para sua queda e instauração da ditadura militar, em 1964. Entretanto, mesmo o artigo de Hasslocher não faz acusações centradas na figura de Goulart, sempre tangenciando sua crítica em relação ao presidente, destacando, de forma mais evidente, uma suposta má influência e ações de seus aliados de esquerda junto ao governo.

Mas houve sim, em *O Estado de Mato Grosso*, críticas diretas a Goulart, no ano de 1963, antes mesmo dos eventos turbulentos de setembro daquele ano, como pontuado por Sotana (2019, p. 416-417). Essas críticas estiveram, inclusive, em associação com o debate acerca das propostas de Reforma Agrária, tema de especial atenção em Mato Grosso, tendo em vista suas largas extensões de terras, marcadas pela concentração latifundiária e por diversos conflitos e disputas de terra, o que será tratado no próximo tópico.

Após a “Revolta dos Sargentos”, o ano de 1963 reservou mais turbulências. No final de setembro de 1963, Carlos Lacerda concedeu uma entrevista ao jornal estadunidense *Los Angeles Times* com graves críticas a João Goulart, o chamando de caudilho e totalitário. Na mesma entrevista e em afronta à soberania nacional, Lacerda rogou pela intervenção dos Estados Unidos na crise política brasileira e afirmou que integrantes das forças armadas já discutiam uma possível derrubada de João Goulart do poder. A entrevista do governador da Guanabara, que também foi publicada na *Tribuna*

<sup>22</sup> *Ibid.*

<sup>23</sup> *Ibid.*

<sup>24</sup> HASSLOCHER, Ivan. O IBAD e as Eleições. *O Estado de Mato Grosso*. Editora Cuiabá Ltda. Cuiabá, 19 set. 1963, Edição n. 4.344-B, p. 3.

*da Imprensa*, repercutiu negativamente junto aos ministros militares que acusaram Lacerda de injúria contra Goulart e em nota condenaram a atitude do governador de pedir a interferência estadunidense nos assuntos políticos do Brasil. Goulart, naquela ocasião, foi pressionado pelos ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica a reagir e o aconselharam a solicitar a instauração de estado de sítio, junto ao Congresso Nacional. A medida possibilitaria Jango intervir no governo da Guanabara e, desse modo, destituir Carlos Lacerda.

O pedido de estado de sítio, de maneira geral, ressoou de forma muito negativa entre os governadores e parlamentares e em grande parte da imprensa. Até mesmo o PTB, partido de Goulart, se posicionou contrário à medida. Esquerda e direita temeram que o decreto de estado de sítio cedesse amplos poderes a Goulart e aos militares e que medidas mais graves acabassem por abranger e reprimir outros governadores, partidos, sindicatos, movimentos sociais, como ainda pudessem culminar, até mesmo, no fechamento do Congresso Nacional. Prevendo a derrota da proposta, Goulart acabou retirando o pedido no dia 07 de outubro de 1963. A partir desse momento, as forças de esquerda e suas principais lideranças, como Brizola e Miguel Arras, se afastaram momentaneamente de Goulart. Carlos Lacerda e o governador de São Paulo, Ademar de Barros, saíram fortalecidos de toda essa situação, como também os grupos golpistas militares e civis:

Após a tentativa frustrada de pedido de estado de sítio, Goulart ficou muito enfraquecido politicamente; praticamente ficou isolado. De um lado, repudiado pelas esquerdas e, de outro, sofrendo com a conspiração das direitas, cada vez mais às claras. Era sistematicamente atacado pela imprensa, onde não tinha mais aliados. Muitos oficiais militares legalistas e nacionalistas começaram a apoiar os argumentos dos conspiradores, mesmo que de maneira passiva. Não fizeram nada a favor; mas nada faziam contra (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 192-193).

Então, as alianças e bases políticas do governo rapidamente começaram a se desfazer e Goulart perdeu, naquele momento, o apoio das esquerdas e do PSD de Juscelino Kubitschek. A polarização política radical, entre direita e esquerda, se acentuou, elevando as instabilidades e tensões políticas que o país vivia. A economia era outro fator complicador, nada favorável, pois o ano de 1963 encerrou com inflação de 73%, baixo crescimento econômico e dificuldades na renegociação da dívida externa, sobretudo e em decorrência dos obstáculos promovidos pelo governo dos Estados Unidos. Goulart, acusado pelas esquerdas de ser demasiado conciliador com classes dominantes e a direita, inclusive por seu cunhado Leonel Brizola, decide, no início de 1964, escolher um lado, diante do seu isolamento e da conjuntura política polarizada. Esse seu reposicionamento foi de encontro à sua tradição trabalhista, voltando-se para os grupos e partidários das esquerdas, em prol de projetos reformistas e nacionalistas (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 431-437).

## **Reforma Agrária, golpe Civil-Militar e suas repercussões no Diário O Estado De Mato Grosso**

O período que antecipou o golpe de 1964, foi caracterizado por uma diversidade de articulações do campo das esquerdas no Brasil. Dentre as forças de esquerda podemos destacar: a Frente Parlamentar Nacionalista – FPN, liderada por Leonel Brizola e que reunia parlamentares de diversos partidos em torno de pautas reformistas e nacionalistas (DELGADO, 2020, p. 127-153); a UNE que desde o governo de JK vinha de um processo de intensa politização e de radicalização à esquerda; o movimento sindical, que na década de 1960 esteve em pleno vigor de articulação e engajamento, com muitas de suas lideranças ligadas ao PCB e ao PTB, em destaque o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT (NEGRO, 2020, p. 47-96); o PCB, que apesar de estar na ilegalidade possuía componentes que se elegiam por outros partidos e em associação à imagem de Luís Carlos Prestes era uma força política influente de mobilização junto aos trabalhadores e sindicatos (SEGATTO, 2020, p. 245-267).

Outra força de mobilização política e social importante eram as Ligas Camponesas, sob liderança de Francisco Julião, movimento que se articulava, sobretudo, no interior de Pernambuco e que defendia a Reforma Agrária e o combate à miséria no campo. Mas existiam outros exemplos de mobilização no campo em torno das questões agrárias, tendo em vista que desde a década de 1950 as mobilizações camponesas e o sindicalismo rural estavam em ascensão em diversos Estados do país, como Paraíba, Piauí, Alagoas, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul, com atuação expressiva do Movimento dos Agricultoras do RS – Master (MONTENEGRO, 2020, p. 269-303). O Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, criado em 1955, órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura, era um centro de produção intelectual voltado para pensar projetos nacionais-desenvolvimentistas e reformistas para o país (PEREIRA, 2003).

Dentro da Igreja Católica, as ideias de esquerda ganhavam cada vez mais adesão e muitos leigos católicos atuaram junto aos movimentos e agrupamentos estudantis, como a UNE, e a luta camponesa, destaque para a Ação Popular – AP com propostas de mobilização mais revolucionárias aliadas ao movimento operário, estudantil e camponês (DIAS, 2004).

Já nas Forças Armadas, tanto no alto oficialato como nos comandos mais subalternos, soldados, marinheiros, fuzileiros navais, tenentes e sargentos, existia uma movimentação engajada em torno de propostas como o direito de militares de concorrer a cargos eletivos e de possuírem entidades associativas. Esses militares se aproximaram de forças sindicalistas, como a CGT, estudantes e muitos se identificavam com Leonel Brizola (*brizolistas*), já outros se declaravam *janguistas* (SODRÉ, 1965). Havia ainda grupos com perspectivas revolucionárias, partilhando de exemplos como a Revolução

Chinesa e Cubana, como o Partido Comunista do Brasil – PcdB, o Partido Operário Revolucionário – POR-T, de filiação Trotskista, e a Organização Revolucionária Marxista, que editava o jornal *Política Operária* e conhecidos como ORM-Polop (NOBERTO, 2022, p. 131-146).

Mesmo diante de propostas e articulações tão diversas, nesse período, as esquerdas organizaram suas forças para a defesa de um tema comum, as Reformas de Base, indicando uma série de medidas em áreas múltiplas da estrutura econômica, política e social brasileira. As Reformas de Base tratavam de uma série de projetos reformistas relacionados às demandas históricas das esquerdas, defendidas inclusive pelo governo Jango. As propostas de reforma perpassavam pelo sistema bancário, regulamentação e limitação das remessas de lucros e dividendos para o exterior e reformas: tributária, fiscal, administrativa, universitária, urbana, agrária e eleitoral, com o direito ao voto dos analfabetos e de oficiais não graduados das Forças Armadas e ainda a legalização do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Em uma perspectiva nacionalista, a pauta reformista ansiava garantir o monopólio estatal em setores estratégicos da economia. O objetivo dessa agenda de reformas visava diminuir as desigualdades sociais brasileiras e permitir um maior desenvolvimento social e econômico do país (FERREIRA, 2020, p. 408).

Brizola conseguiu agrupar grande parte desses coletivos de esquerda, no início de 1963, por meio da Frente de Mobilização Popular – FMP<sup>25</sup>, a fim de reunir forças para pressionar o Congresso e o governo Goulart em torno da aprovação e implementação das Reformas de Base. A FMP intencionava diluir a política conciliatória e moderada de Goulart, defendida e articulada por San Tiago Dantas<sup>26</sup>, ambicionando impor as reformas

<sup>25</sup> A FMP abrangeu as seguintes organizações: UNE, União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES, PCB, membros do PTB e da FPN, CGT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria -CNTI, do Pacto e Unidade e Ação – PUA, Confederação Nacional de Trabalhadores em empresas de Crédito – Contec, baixa patente das Forças Armadas, Ligas Camponesas e partidários da esquerda revolucionária como a AP e POR-T. Cf. FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2020, p. 410 e 411.

<sup>26</sup> San Tiago Dantas, deputado influente do PTB ambicionava diminuir a força política de Brizola, em um projeto de conciliação entre parlamentares do PTB e PSD, com intuito de estabelecer uma base de sustentação política ao governo de Goulart. Dantas se posicionava contra a direita e esquerda radical e defendia a aprovação das reformas de forma moderada, flexível e negociada, dentro do Congresso e respeitando a institucionalidade. Para tanto, tentou estabelecer uma Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, entre parlamentares do PTB e PSD, bem como buscou a participação de organizações de esquerda para compor essa frente. O objetivo, além de enfraquecer as articulações de Brizola, mais à esquerda, era colocar Goulart em uma posição mais centralista e ponderada, apaziguando a polarização e os conflitos políticos, diluindo, assim, a mobilização das forças conspiratórias civis e militares. Goulart apoiou inicialmente a iniciativa de Dantas, que mesmo com saúde debilitada, em decorrência de um câncer, tentou em janeiro de 1964, arregimentar apoio à sua proposta. Contudo, Miguel Arraes, a Frente de Mobilização Popular e o PCB fizeram uma série de exigências de difícil negociação, exigindo inclusive a saída do PSD do governo, para participarem da Frente Progressista, o que inviabilizou sua formação com a participação dos principais grupo de esquerdas. Diante dessa encruzilhada, Goulart desistiu da Frente Progressista e se direcionou em favor da mobilização das esquerdas em prol das reformas, adesão marcada pela proposta de um grande comício na Central do Brasil (Rio de Janeiro), em março de 1963, com o objetivo de iniciar uma série de mobilizações populares e das esquerdas para pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base.

a todo custo, com amplo enfrentamento das forças conservadoras e de direta e até mesmo do PSD, partido de centro direita e da base do governo<sup>27</sup>.

Em contrapartida, existia grande resistência de uma parcela do Congresso, da classe empresarial e em parte da imprensa brasileira às Reformas de Base. Já que, essa ampla reestruturação contrariava uma série de interesses e perspectivas dos grandes latifundiários, do capital estrangeiro e de associações empresariais, como o IPES que promovia valores capitalistas e liberais. Mas havia também muitos empresários, anticomunistas, políticos do PSD e até mesmo da UDN que entendiam que algumas dessas reformas eram necessárias. Contudo, para esses grupos as reformas deveriam ser implementadas dentro de certos limites, de forma gradativa e com amplas negociações e concessões.

Dentre essas reformas, a Reforma Agrária foi a que trouxe mais atritos e disputas. As esquerdas pressionavam pela não indenização dos proprietários das terras direcionadas para a reforma agrária, nesse sentido, a Constituição de 1946 deveria ser alterada, já que previa a indenização prévia e em dinheiro. Já políticos mais moderados, principalmente do PSD (maioria no Congresso), defendiam que a Reforma Agrária deveria atingir apenas o latifúndio improdutivo, indenizando com títulos da dívida pública os desempossados, como forma de compensação (FERREIRA, 2020, p. 127-153). Não houve acordo no Congresso em relação ao tema<sup>28</sup>, já que as esquerdas decidiram por uma estratégia de mobilização popular, com o propósito de pressionar governo e

Cf. FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964:** o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 229-241.

<sup>27</sup> Sobre a configuração dos partidos e frentes parlamentares, ver em: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática**, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2020, p. 127-153.

<sup>28</sup> A proposta de Reforma Agrária do governo Goulart encaminhada para o Congresso, em abril de 1963, propunha a indenização dos proprietários com títulos da dívida pública e uma correção anual de apenas 10%, muito abaixo dos altos índices de inflação. A UDN se posicionou majoritariamente contra o projeto e o PSD defendia que as indenizações das terras desapropriadas ocorressem com títulos da dívida pública com a devida correção monetária. A bancada do PTB ainda acrescentou ao projeto do governo a previsão de que a reforma também deveria ocorrer em áreas urbanas, mas PSD e conservadores rejeitavam de forma categórica tal proposta. As esquerdas, UNE, CGT e FNP e outros grupos, liderados por Brizola, tentaram pressionar o Congresso, rejeitando acordos. Porém, a comissão parlamentar recusou, em maio de 1963, a proposta do governo e do PTB, por sete votos a quatro. UDN e PSD chegaram a apresentar outras proposições alternativas e o senador Milton Campos da UDN propôs a indenização em dinheiro com base no valor do imóvel declarado na tributação e que as desapropriações atingissem latifúndios improdutivos há mais de dez anos. PSD, por sua vez, indicou uma indenização com títulos da dívida pública com correção monetária de 30 a 50%. Todavia, também a bancada do PTB não aceitou negociar e exigia uma reforma agrária ampla, tanto no campo como em terras urbanas, sem indenização e em propriedades produtivas e improdutivas. Sem consenso, as propostas de reforma agrária não prosperaram, apesar da maioria da sociedade brasileira aprovar essa demanda. Cf. FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática**, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2020, p. 423-424.

parlamentares em favor de uma ampla Reforma Agrária, sem indenizações, e a fim de viabilizar as demais reformas.

As discussões em torno das propostas de Reforma Agrária foram frequentes no jornal *O Estado de Mato Grosso*. Essa questão, como já pontuado, possuía evidente atenção em um Estado que apresenta uma tradição histórica de grande concentração de propriedades nas mãos de suas oligarquias e disputas de terras demarcadas por violência contra posseiros, trabalhadores rurais, populações indígenas e quilombolas. O destaque dado a essa temática pelos redatores de *OEMT* também pode ter sido reflexo de certos interesses privados dos principais sócios-proprietários do periódico, já que tanto Rachid Saldanha Derzi e Lúdio Martins Coelho, eram produtores rurais<sup>29</sup>. Além disso, os dois empresários eram filiados<sup>30</sup> à UDN, onde seus partidários defendiam uma Reforma Agrária limitada, abrangendo apenas as terras classificadas como improdutivas e através de indenizações.

Em fevereiro de 1963, uma notícia com um título irônico “Reforma Agrária de Jango já inicia”, republicada do jornal *Correio da Manhã*, tratou sobre a compra efetuada por Jango de algumas fazendas de extensos hectares, em Mato Grosso, e por seu futuro ministro da saúde e aliado político, Wilson Fadul:

A título de curiosidade, apenas curiosidade, transcrevemos o que foi publicado na coluna ‘Por Trás da Notícia’ do Correio da Manhã de 8 do corrente, com um sub-título de ‘Reforma Agrária’. ‘Recentemente, realizaram-se as seguintes operações de compra e venda de fazendas em Mato Grosso: Localidade de Cáceres – Fazenda Uberaba, do Sr. Vitório da Silva Lara, 52 mil hectares, 3 mil reses, Cr\$ 180 milhões, comprador – Sr. João Goulart; Fazenda Rancho Verde, do Sr. Alfredo Dulce, 43 mil hectares, com 7 mil reses, comprador – sr. João Goulart; em Itiquira – Fazenda Três Marias, do Sr. Renan Salgado, 153 mil hectares, comprador João Goulart. Houve ainda a compra de 150 títulos relativos a mais ou menos 320 mil hectares de terras, na margem esquerda do Rio Tapirapés. Entre outros compradores ligados visceralmente ao governo figuram os Srs. Wilson Fadul (PTB médico da FAB, quase ministro do trabalho e da Saúde, amigo íntimo de JG, título de 16.500 hectares; Sr. João Goulart, títulos de 26.756 hectares. Começou a reforma agrária<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Havia outros sócios-proprietários da Editora Cuiabá Ltda., empresa responsável pela publicação de *OEMT*, que eram produtores rurais, pois os membros da família Coelho como um todo eram grandes proprietários de terras, herdeiros de Laucídio Coelho, dono de diversas fazendas.

<sup>30</sup> No ano do golpe, Rachid S. Derzi era deputado federal e posteriormente teve mais mandatos como deputado federal, além de deputado estadual e senador. Lúdio Martins Coelho foi eleito para a prefeitura de Campo Grande, em 1983, tendo outro mandato em 1989. Em 1995 foi eleito senador da República, pelo Mato Grosso do Sul.

<sup>31</sup> Reforma Agrária de Jango já inicia. *O Estado de Mato Grosso*. Editora Cuiabá Ltda. Cuiabá, 17 fev. 1963, Edição n. 4.232, p. 4.

Outro suposto grande latifundiário, apontado pelos articulistas de *OEMT* seria o cunhado de João Goulart, o deputado petebista, Leonel Brizola, que teria adquirido uma fazenda no Uruguai, tornando-se um dos maiores latifundiários daquele país. A notícia, sem fonte definida, foi publicada na “Seção MegatooN” que polemizava os acontecimentos políticos e tinha como subtítulo “Uma sessão que é uma bomba”. Essa seção jornalística, sem escritor identificado, afirmou que Brizola era um “líder populista” e de forma sarcástica trouxe um questionamento: “– Quando será feita a Reforma Agrária?”, que foi logo depois assim respondido: “– Depois que Jango e Brizola venderem suas fazendas.”<sup>32</sup>.

A mesma seção de *O Estado de Mato Grosso* repercutiu as diversas tentativas de articulações do governo para aprovar a Reforma Agrária no Congresso e pontuou, em 26 de julho de 1963: “Quem foi que disse que isso Vem”. Na mesma edição a “Seção MegatooN” ainda apresentou insinuações de prática de patrimonialismo orquestrada por Jango: “O bom de Jango comprar Fazendas é que ele vai construir estradas para valorizar suas Terras em Mato Grosso: Perguntam ao DNER.”<sup>33</sup>.

Percebe-se que os escritores de *O Estado de Mato Grosso* polemizaram o debate e usaram da ironia para descredibilizar as propostas de Reforma Agrária do governo. Segundo Sotana, a “sátira foi um recurso usual no tratamento da temática” (SOTANA, 2019, p. 419), que, em 1963, contava com apoio popular e de diversos políticos para ser implementada. Todavia, as discordâncias no Congresso Nacional, entre membros da UDN, PSD e PTB, principais partidos, e a pressão das mobilizações das esquerdas, que não aceitavam uma Reforma Agrária dentro de certos limites e concessões, inviabilizaram um acordo e um projeto de lei que contemplasse diferentes perspectivas e interesses.

Como visto, nos fragmentos aqui apresentados, os articulistas de *OEMT*, afirmaram que João Goulart e alguns de seus principais aliados políticos seriam proprietários de grandes extensões de terras. O objetivo do “polo editor” de *OEMT* era demonstrar aos seus leitores que havia uma contradição entre a defesa da Reforma Agrária pelo presidente e pelo PTB, quando ao mesmo tempo, o próprio Jango seria um grande latifundiário. Importante destacar que o diário *OEMT* foi um periódico influente no Estado e possuía uma abrangência significativa, com circulação presente não apenas na capital, Cuiabá, mas em cidades do interior, tanto na porção norte do Estado<sup>34</sup>, como na porção sul, o que corresponde ao atual Estado de Mato Grosso do Sul<sup>35</sup>, assim os

<sup>32</sup> Reforma Agrária. *O Estado de Mato Grosso*. Editora Cuiabá Ltda. Cuiabá, 06 jun. 1963, Edição n. 4.287, p. 4.

<sup>33</sup> *O Estado de Mato Grosso*. Editora Cuiabá Ltda. Cuiabá, 26 jun. 1963, Edição n. 4.316, p. 4.

<sup>34</sup> Alto Araguaia, Várzea Grande, Livramento, Cáceres, Poconé, Rondonópolis, Santo Antônio de Leverger, Jaciara, Mutum, Poxoréu, Guiratinga, Alto Garças, Alto Araguaia (*O Estado de Mato Grosso*, 1963-1964).

<sup>35</sup> Coxim, Corumbá, Rio Verde, Aquidauana, Campo Grande, Paranaíba, Três Lagoas e Dourados (*O Estado de Mato Grosso*, 1963-1964).

discursos promovidos por esse periódico mato-grossense ressoavam em partes significativas do Estado.

Realmente, João Goulart foi um estancieiro gaúcho e possuiu terras também em Mato Grosso, vindo com frequência ao Estado para visitá-las. Em um primeiro momento, pode-se aparentar haver uma contradição, ao observa-se um político estancieiro como Jango defendendo a redistribuição de terras por meio da Reforma Agrária. Mas a tradição trabalhista de João Goulart e o amplo engajamento das esquerdas, em especial dos sindicatos rurais e das Ligas Camponesas, colocavam o tema como prioridade. O governo Jango tinha a reforma do campo como uma das propostas fundamentais para seu programa de reformas estruturais, com o propósito de tirar o país da crise econômica e combater as desigualdades históricas da sociedade brasileira, em particular nas zonas rurais.

Curiosamente, o próprio Lúdio Coelho, um dos sócios-proprietários de *OEMT* foi classificado como um grande latifundiário e presidente da Ação Democrática Mato-grossense - ADEMAT pelo jornal *Última Hora*<sup>36</sup>, qualificando Coelho, de forma pejorativa, como o “maior latifundiário do mundo”, em edição do dia 23 de janeiro de 1964. Diante dessa publicação, *O Estado de Mato Grosso*, republicou, no dia 30 do mesmo mês, um editorial do jornal *Correio do Estado* de Campo Grande que fez uma defesa efusiva de Lúdio Coelho, retratado como “[...] um homem de lutas, seja no trabalho da terra, seja nos demais setores da atividade humana, é inegavelmente um líder do progresso de nossa terra”.<sup>37</sup> *Correio do Estado* e *OEMT* refutaram as informações do jornal *Última Hora*, afirmando que quem atuava como presidente da ADEMAT, naquele período, era o médico Cláudio Fragelli. Ainda trataram Coelho como um proprietário rural médio e complementaram que: “somente em Mato Grosso o sr. João Goulart é proprietário de latifúndios muitas vezes superior à gleba do sr. Lúdio Coelho.”<sup>38</sup>.

Interessante, nesse sentido, observar que mesmo em posição de defesa de um de seus sócios-proprietários, o “polo editor” de *O Estado de Mato Grosso*, em associação a outro jornal mato-grossense (*Correio do Estado*<sup>39</sup>), aproveitou a oportunidade do tema “latifundiários” para atacar João Goulart. Tratou-se também de um embate, contra o

<sup>36</sup> Jornal criado pelo jornalista Samuel Wainer, em 1951, tendo sido destacado por posições favoráveis ao governo de Getúlio Vargas. Reconhecido por um jornalismo popular, também apoiou o governo de João Goulart, tendo, inclusive, sua sede apedrejada logo após o golpe de 1964, em decorrência dessa aproximação, além disso, Wainer teve seus direitos políticos cassados.

<sup>37</sup> Notícia de jornal paulistano sobre Lúdio Coelho. *O Estado de Mato Grosso*. Editora Cuiabá Ltda. Cuiabá, 30 jan. 1964, Edição n. 4.421, p. 1.

<sup>38</sup> *Ibid.*

<sup>39</sup> Periódico que se posicionou favorável ao golpe de 1964 e seu proprietário, José Barbosa Rodrigues, configurou boas relações com os governos da ditadura militar, o que aliás lhe rendeu, segundo Isabela de Fátima Schwengber, “em 1976, a concessão para a criação da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão, quando o *Correio do Estado* deixou de ser apenas um jornal e passou a ser um grupo”. Cf. SCHWENGBER, Isabela de Fátima. **Quando o MST é notícia**. Dourados: Editora UFGD, 2008, p. 43.

*Última Hora*, já que esse periódico manifestava posições favoráveis ao governo trabalhista de Jango e de sua plataforma nacional desenvolvimentista.

Todavia, se faz necessário registrar que Lúdio Coelho foi membro de um família influente na porção sul do Estado de Mato Grosso, família essa herdeira de Laucídio Coelho, reconhecido pecuarista, proprietário de diversas fazendas, com vastas extensões de terras (tanto na porção norte como na porção sul do Estado), fundador da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – Acrisul, em 1931<sup>40</sup>, e do Banco Financial. O próprio editorial publicado em *O Estado de Mato Grosso* informa sobre as fazendas sob a direção da família Coelho, administradas a nível de um “complexo industrial”, contradizendo a informação de que Lúdio Coelho se tratava de um “médio” proprietário de terras:

É preciso que saiba que os 12 (doze) irmãos Coelho, tendo como traço de união o seu pai o velho batalhador Laucídio Coelho, administraram as suas fazendas conjuntamente, como se fora um complexo industrial, alcançando dessa forma um rendimento exemplar, seja na média de produção pecuária ou agrícola, seja na assistência médica social dos seus trabalhadores e respectivas famílias<sup>41</sup>.

Assim, o editorial almejava ocultar o fato de que Lúdio Coelho fazia parte de uma elite agrária e influente. O texto ainda se contradiz ao tentar negar as relações desse pecuarista com a ADEMAT<sup>42</sup>, visto que, de acordo com Susana Arakaki, a Ação Democrática Mato-grossense, associação anticomunista que atuou em favor do golpe de 1964 e em apoio ao regime militar, agindo para delatar, vigiar e perseguir petebistas, comunistas e líderes trabalhistas: “teve como precursores a família Coelho, latifundiários udenistas, uma das famílias detentora de grandes extensões de terra no Estado.”<sup>43</sup>.

Diante dos trechos selecionados, verifica-se, portanto, que os articulistas de *OEMT* se posicionaram de maneira combatente em relação ao tema da Reforma Agrária e em associação formatou críticas em relação a João Goulart e ao seu governo. Seu intuito foi criar uma cadeia de imagens e discursos que construíram certos parâmetros e *regimes de verdade*, revestidos de um discurso jornalístico, utilizando-se, principalmente, de uma coluna jornalística, a “Seção MegatooN”, que polemizava e tratava com ironia os debates públicos e políticos.

<sup>40</sup> Para se ter uma dimensão do reconhecimento de Laucídio Coelho, dentro das elites agrárias regionais, o Parque de Exposições de Campo Grande foi batizado com seu nome e em sua homenagem.

<sup>41</sup> Notícia de jornal paulistano sobre Ludio Coelho. *O Estado de Mato Grosso*. Editora Cuiabá Ltda. Cuiabá, 30 jan. 1964, Edição n. 4.421, p. 1.

<sup>42</sup> Para saber mais sobre a ADEMAT ver em: OLEGÁRIO, Thaís Fleck. **A Ação Democrática Mato-Grossense no sul de Mato Grosso:** da ação política à articulação paramilitar (1963-1985). 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181466>>.

<sup>43</sup> ARAKAKI, Suzana. **Dourados:** memórias e representações de 1964. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2003, p. 57-58. Disponível em: <<https://www.pphufgd.com/wp-content/uploads/2017/06>>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O Estado de Mato Grosso*, enquanto empresa jornalística, foi uma plataforma de difusão privilegiada de discursos, um projeto coletivo, constituído de proprietários do ramo empresarial e latifundiário, com expressiva influência política e econômica. Não apenas seus proprietários gozavam dessa influência política, mas também seu redator-chefe, Pedro Rocha Jucá, jornalista reconhecido e que atuou em diversos meios de comunicação, inclusive como correspondente de periódicos do eixo Rio-São Paulo, além disso foi uma liderança que buscava a profissionalização do jornalismo em Mato Grosso.

A imprensa, como indicado por Michel Foucault (2008), enquanto saber institucionalizado, visa estabelecer a construção de uma série de *regimes de verdades* para influir junto à opinião pública e na realidade social. Os discursos em torno da Reforma Agrária, do governo de João Goulart e das esquerdas empregados em *OEMT* traduziram uma série de interesses, ideias e convicções que se opunham às perspectivas de mudanças estruturais tratadas pelas Reformas de Base. O “polo editor” de *OEMT*, proprietários, editores e escritores constituíram uma perspectiva política conservadora em relação ao tema da Reforma Agrária, promovendo, em conjunto e a nível regional, discursos de franca oposição ao governo petebista de Jango.

A publicação *OEMT* foi constituída por um capital empresarial, composta principalmente pela sociedade de um político udenista influente e por membros da família Coelho, grandes proprietários de terras, sobretudo, na porção sul do Estado de Mato Grosso, destaque para a figura de Lúdio Coelho. Os interesses dessas famílias reverberaram de maneira clara nas opiniões, reportagens e recortes de notícias, nada isentas, desse jornal mato-grossense influente e longevo no cenário da imprensa estadual. Esses interesses, em nome de representações oligárquicas locais, estiveram presentes no debate sobre a Reforma Agrária proposta pelo governo João Goulart e pelas mobilizações das esquerdas.

Assim, entendemos que a imprensa é um importante aparato de linguagem, capaz de difundir valores, práticas e ideias. Sob a ótica dessa perspectiva, as análises e pesquisas até aqui constituídas trataram de compreender as intencionalidades da publicação *O Estado de Mato Grosso*, suas relações com o Estado e sua inserção política diante do cenário do golpe civil-militar de 1964 e das discussões que envolviam o tema da Reforma Agrária.

## FONTES

### Periódicos:

O Estado de Mato Grosso. Editora Cuiabá Ltda., acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Certidões da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (Jucemat):

I) Informe n.º C231000699605, de 08 ago. 2023. Editora Cuiabá Ltda., CNPJ: 03.469.780/0001-01.

II) Informe nº. C231000872665, de 25 set. 2023. Sociedade Comercial da empresa “Diário de Cuiabá Limitada”, CNPJ: 03.117.579/0001-65.

III) Informe n.º C241001252042 de 06 fev. 2024. Empresa Gráfica Correio da Imprensa, CNPJ: 03.490.075/0001-96.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ALMORÉ, Zoch Cavalheiro. A legalidade, o golpe militar e a rebelião dos sargentos. Porto Alegre: Editora AGE, 2011.

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento. Bauru/SP: Edusc, 1999.

ARAKAKI, Suzana. Dourados: memórias e representações de 1964. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2003. f. 57-58.

BARBOSA, Marialva. História cultural da Imprensa: Brasil – 1900-200. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. Revista História Unisinos. v. 26, n. 3, set./dez. 2022.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e Jean-François Sirinelli. Por uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1988.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. A rede da democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64). Niterói: Editora da UFF/NitPress, 2010.

COSTA, Laís Dias da. Da tertúlia ao portal: experiências jornalísticas de Cuiabá (1968-1997). 267 f. Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Fontes Históricas. PINSKY, Carla Bassanezi. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA. Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 127-153.

DIAS, Reginaldo Benedito. A cruz, a foice e o martelo e a estrela: a tradição e a renovação da esquerda na experiência da ação popular (1962-1981). 341 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis (SP), 2004.

DREIFUSS, René Armand. 1964 – a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

- JUCÁ, Pedro Rocha. Exemplo e palavras de jornalismo. Biografia e perfil profissional, cultural, político e empresarial do jornalista Archimedes Pereira Lima. Cuiabá: Editora Memórias Cuiabanas, 1995.
- KUSHNIR, Beatriz. Caes de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. 429 f. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. 644 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidades de São Paulo, São Paulo, 2012.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). Revista de Economia Política, v. 33, n. 4, p. 671-691, 2013.
- MARCONI, Paolo. Censura política na imprensa brasileira (1968-1978). 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.
- MEIRA, Leonice Maria. Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal *O Estado de Mato Grosso* (1964-1974). 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, n. 26, p. 62-85, jan./jul. 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho – O Anticomunismo no Brasil (1917-1964). 368 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- NOBERTO, Lineker. A revolução brasileira será socialista ou não será revolução: as origens da Polop e o nascimento da nova esquerda marxista. *Revista Germinal: marxismo e educação em Debate*, v. 14, p. 131-146, 2022.
- OLEGÁRIO, Thaís Fleck. A Ação Democrática Mato-Grossense no sul de Mato Grosso: da ação política à articulação paramilitar (1963-1985). 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2018.
- OLIVEIRA, Léia de Souza. Tempo de esperança: a imagem do Estado Novo na imprensa mato-grossense. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.
- PEREIRA, Alexsandro Eugenio. O ISEB na perspectiva de seu tempo - Intelectuais, política e cultura no brasil (1952-1964). 245 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50. 360 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2000.
- SCHWENGBER, Isabela de Fátima. Quando o MST é notícia. Dourados: Editora UFGD, 2008.
- SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. Os senhores daS Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOTANA, Edvaldo Correa. João Goulart nas páginas d'*O Estado de Mato Grosso* (1961-1964). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 402-430, 2019.
- TAVARES, Flávio. 1961: o golpe derrotado – luzes e sombras do Movimento da Legalidade. Porto Alegre: L&PM, 2011.